

61.6%: 99.19

Elementos de Administração

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Elementos de Administração

Atena Editora
Ponta Grossa - 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração [recurso eletrônico] / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-174-9

DOI 10.22533/at.ed.749191303

1. Administração. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este segundo volume, composto por quinze capítulos, contempla trabalhos com foco nas relações entre os indivíduos e as organizações e está dividido em quatro partes.

A primeira parte deste volume compreende quatro capítulos que reúnem estudos sobre liderança e desenvolvimento corporativo, proporcionando ao leitor uma compreensão sobre o papel da liderança na gestão e na motivação da equipe, assim como a importância do desenvolvimento humano nas organizações. A segunda parte contempla três capítulos que abordam o comportamento humano nas organizações, suas relações e o processo de estruturação da carreira. A terceira parte deste volume agrega dois capítulos que desenvolvem pesquisas sobre a diversidade nas organizações, proporcionando aos leitores a reflexão sobre a pluralidade dos indivíduos, por meio de dois estudos que abordam a homossexualidade no contexto do trabalho. Na quarta parte deste volume, são apresentados seis capítulos que abordam o comportamento do consumidor, possibilitando a compreensão dos fatores que motivam a compra de bens e a utilização de serviços, bem como outras relações que são desenvolvidas entre o consumidor e as organizações.

Dessa forma, este segundo volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco nas relações entre os indivíduos e as organizações, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega às áreas de gestão de pessoas e de marketing à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão de pessoas e de marketing, por meio da ampla discussão sobre liderança, comportamento organizacional, diversidade e comportamento do consumidor.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – PARADIGMAS, ESTILOS E MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1 1

AGENDA 21: A GOVERNAMENTALIDADE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Talita Ravagnã Piga

Nicole Cerci Mostagidoi

DOI 10.22533/at.ed.7491913031

CAPÍTULO 2 16

A “CONTRA REFORMA” DO ESTADO E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alessandra Aparecida Soares Calil

Elisa Maria Andrade Brisola

DOI 10.22533/at.ed.7491913032

CAPÍTULO 3 23

O JEITINHO BRASILEIRO COMO A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DA TEORIA BRASILEIRA DA ADMINISTRAÇÃO. UM CASO NA GESTÃO PÚBLICA

Ary Luiz de Oliveira Peter Filhodoi

DOI 10.22533/at.ed.7491913033

CAPÍTULO 4 42

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA: QUAIS OS RISCOS DA EXCELÊNCIA?

Roberto Alexandre Braga Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.7491913034

PARTE II – CASOS APLICADOS NO SETOR PÚBLICO

CAPÍTULO 5 49

RESOLVE PALMAS: A INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PRATICIDADE DA INOVAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE PALMAS – TO

Romário Rocha do Nascimento

André Luiz Goffi

DOI 10.22533/at.ed.7491913035

CAPÍTULO 6 68

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E COMPRAS NA PETROBRAS: UM ESTUDO SOBRE OS RELATÓRIOS DA INSTITUIÇÃO NO PERÍODO 2016 A 2017

Eni Oliveira

Bárbara Oliveira de Moraes

Adalberto Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.7491913036

CAPÍTULO 7 84

O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

André Luís Baumhardt Zuliani

Mikaela Daiane Prestes Floriano

Isabela Braga da Matta

Leonardo Antônio Perez Rissotto

DOI 10.22533/at.ed.7491913037

PARTE III – FATOR HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

CAPÍTULO 8 100

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS PRÓ-REITORIAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Wellington Matias Salomoni Mansano

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Leandro Sauer

Geraldino Carneiro de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.7491913038

CAPÍTULO 9 117

PRÁTICAS DE TD&E ADOTADAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Lana Montezano

Fernanda Drummond Ruas Gaspar

Rafaela Marcolino

DOI 10.22533/at.ed.7491913039

CAPÍTULO 10 132

GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES EM UM AMBIENTE DE MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Luiz Cláudio Ribeiro Machado

Leonardo Rodrigues Ferreira

Walber Santos Baptista

Danuzio Weliton Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74919130310

PARTE IV – GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 11 140

A ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ESCOLARES A PARTIR DA GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE): UM ESTUDO EM UNIDADE ESCOLAR PÚBLICA NA REGIÃO SUL FLUMINENSE

Ellen Oliveira de Menezes

Janaína Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.74919130311

CAPÍTULO 12 157

A EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA EM RELAÇÃO A DOIS OBJETIVOS DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Fillipe Maciel Euclides

DOI 10.22533/at.ed.74919130312

CAPÍTULO 13 172

EFEITOS DA EDUCAÇÃO SOBRE A RENDA: DISPARIDADES REGIONAIS

Kalu Soraia Schwaab

Paulo Sergio Ceretta

Vanessa Rabelo Dutra

DOI 10.22533/at.ed.74919130313

**PARTE V – GESTÃO PÚBLICA, COMBATE À POBREZA E CRESCIMENTO
ECONÔMICO**

CAPÍTULO 14 189

O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA PARA O AUMENTO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE
COMBATE À POBREZA

Cláudio André Gondim Nogueira

Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte

DOI 10.22533/at.ed.74919130314

CAPÍTULO 15 208

COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS BRASILEIROS: QUÃO DIFERENTES SÃO SEUS
EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Fillipe Maciel Euclides

Fernanda Maria de Almeida

Fernanda Aparecida Silva

DOI 10.22533/at.ed.74919130315

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA: QUAIS OS RISCOS DA EXCELÊNCIA?

Roberto Alexandre Braga Gontijo

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: Inovação e empreendedorismo são incorporados, de forma crescente, ao ideal produtivo de organizações, trabalhadores e comunidades, nas suas dimensões sociais e técnicas. Inovação e empreendedorismo tornam-se gradativamente presentes nas expectativas de desenvolvimento das organizações públicas brasileiras, que passaram a valorizar e incentivar, cada vez mais, a transformação de seus produtos e processos de trabalho direcionados à população. Alinhada a esse cenário, está a ideia de excelência. Assim, quais são os riscos que a gestão pública, em sentido amplo, assume ao adotar modelos importados e “econômicos” de excelência no trabalho? Para a contribuição dessa discussão, foram apontadas cinco dimensões-chave que compõem parte do fenômeno estudado e que devem ser objeto de reflexão dos agentes e gestores públicos no desenvolvimento de projetos, processos e produtos que se pretendam efetivamente inovadores.

PALAVRAS-CHAVE: administração pública, excelência organizacional, trabalho.

ABSTRACT: Innovation and entrepreneurship

are increasingly incorporated into the productive ideal of organizations, workers and communities, in their social and technical dimensions. Innovation and entrepreneurship are gradually present in the expectations of the development of Brazilian public organizations, which have come to value and encourage, more and more, the transformation of their products and work processes directed to the population. In line with this scenario is the idea of excellence. So, what are the risks that public management, in a broad sense, assumes when adopting imported and “economic” models of excellence in work? For the contribution of this discussion, we identified five key dimensions that compose part of the phenomenon studied and that should be the object of reflection of the agents and public managers in the development of projects, processes and products that are intended to be innovative.

KEYWORDS: public administration, organizational excellence, work.

1 | INTRODUÇÃO

Inovação e empreendedorismo tornaram-se termos de notória presença na literatura administrativa contemporânea. Passaram a compor o imaginário da produção especializada

e das estratégias de sobrevivência de empresas e organizações. De forma generalizada, difícil é a tarefa de identificar projeto atual que não se pretenda inovador ou gestores e líderes que não queiram se tornar empreendedores.

Para além dos limites do mercado, inovar e empreender são diariamente incorporados no vocabulário cultural brasileiro e impulsionam o ideal produtivo de trabalhadores e comunidades, nas suas dimensões sociais e técnicas. Tais movimentos são perceptíveis no crescimento das variantes do empreendedorismo social e das inovações na esfera pública ou socioambiental.

Em suas duas últimas décadas, a gestão pública brasileira vêm passando por reformas administrativas e estruturais em direção ao chamado modelo gerencial. A ideia básica desse movimento é trazer maior eficiência e efetividade à administração pública, a partir do uso de modernas tecnologias gerenciais.

A administração pública gerencial busca responder tanto às novas circunstâncias do mundo atual, em que estão sendo revistos os papéis e as formas de atuação do Estado, como atender às exigências das democracias de massa contemporâneas, em que a funcionalidade e o poder das burocracias estatais têm sido crescentemente questionados (BRASIL, 1999 apud FERREIRA, 2009, p. 02).

Compondo o processo de reforma da gestão pública, destaca-se sua aproximação crescente com as teorias e métodos da administração privada, como uma tentativa de adquirir as estratégias de sucesso das empresas de mercado e aplicá-las à realidade governamental. Segundo Ana Paula Paes de Paula, “para alcançar seus objetivos, o novo modelo de gestão, que serve de referência para os três níveis governamentais – federal, estadual e municipal –, deveria enfatizar a profissionalização e o uso de práticas de gestão do setor privado” (2005, p. 38).

Nesse contexto, a inovação e o empreendedorismo foram tornando-se gradativamente presentes nas expectativas de desenvolvimento das organizações públicas, que passaram a valorizar e incentivar, cada vez mais, a transformação de seus produtos e processos de trabalho direcionados à população.

Alinhada ao cenário exposto, está a ideia de excelência. A ideia de que inovações devem ser implementadas constantemente na busca por uma excelência nos resultados entregues pelas organizações. Na gestão pública contemporânea, esse ideal encontrou terreno fecundo para se desenvolver nas estratégias, planos, metas e campanhas de diversos governos brasileiros e, conseqüentemente, de órgãos estatais ou de capital misto.

2 | INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E EXCELÊNCIA

Para caminhar na discussão apresentada, é imprescindível a delimitação do escopo conceitual que será adotado aqui. Inovação, empreendedorismo e excelência

não são termos unânimes na teoria, nem apresentam consenso entre os autores. Por isso, seguem alguns apontamentos que fundamentam este estudo.

Em sua representação tradicional, a função do empreendedor, para Schumpeter, “é produzir inovações dos meios de produção que são a força motriz do desenvolvimento econômico” (1991 apud CAMPOS e DUARTE, 2013, p. 15). Campos e Duarte (2013, p. 15) destacam na teoria de Schumpeter que, segundo esse economista, “todo o ambiente social tem seu próprio modo de preencher a função empreendedora e o próprio Estado pode exercer a função”.

Ainda sobre essa abordagem, Campos e Duarte complementam:

Apesar das controvérsias sobre as afirmações de Schumpeter, a associação do trabalho do empreendedor com a inovação tornou-se um paradigma que influenciou pesquisadores de diversas disciplinas. O empreendedor passou a ser aquele indivíduo que inova, ou seja, que rompe o sistema econômico, que tende ao equilíbrio, através de uma nova combinação dos meios de produção. (2013, p. 15)

Ao apresentarem a representação tradicional de empreendedorismo, os autores buscam discutir “a dimensão social negligenciada da atividade de trabalho do empreendedor” (2013, p. 18). O que se coloca é que existem aspectos fundamentais do exercício de empreender que vão além dos aspectos puramente econômicos, ou seja, habilidades sociais como: negociar, mediar, coordenar, colaborar, cooperar e, principalmente, interessar os diversos atores sociais que compõe a rede sociotécnica característica do empreendimento que se pretenda efetivar num determinado tempo e lugar.

Béguin e Duarte (2008) também localizam em Schumpeter, dentre outros economistas, a introdução da noção de inovação a partir do início do século 20. Desde então, a inovação liga-se à expectativa da novidade técnica sobre o mercado ou às relações entre técnica e sociedade. Nesse sentido, “a inovação designa, portanto, um processo potencialmente criativo, de reinterpretação e re-concepção de uma novidade sem o qual não ocorrerá a transformação concreta dos meios de vida ou de trabalho” (BÉGUIN e DUARTE, 2008, p. 11).

Os autores destacam que a abordagem econômica da inovação tem sido dominante na literatura e práticas empresariais, nas quais “inovar é produzir , em alta velocidade, produtos novos geradores de valor” (p. 11). Essa concepção, como discutem os autores, encobrem dimensões importantes do processo de inovação e que, para revelá-las, é preciso “considerar o trabalho humano nas transformações em curso”:

Trata-se de examinar a contribuição criativa, de reinterpretação e de reconcepção que experimentam as atividades de trabalho e sem as quais não haveria mudança concreta no meio industrial. Trata-se, também, de testemunhar as dificuldades que encontram os trabalhadores face às inovações atuais (BÉGUIN e DUARTE, 2008,

Inovações atuais que, assim como as atividades de trabalho do empreendedor, têm buscado sistematicamente a melhoria dos procedimentos e resultados alcançados na produção, ou seja, a excelência produtiva e laboral. Como já foi citado, a gestão pública brasileira é também sensível a essas concepções e ao imaginário criado em torno delas, o que deve ser considerado de forma relevante nas análises de cenário e atividade.

A noção de excelência apresenta uma diversidade de abordagens e fundamentos teóricos, aparentemente até mesmo superiores àquelas encontradas nos conceitos de inovação e empreendedorismo. Porém, percebe-se que sua apreensão semântica é culturalmente facilitada, como se todos possuíssem uma experiência aproximativa com o termo, devido, talvez, a sua presença anterior no campo linguístico em comparação à introdução de expressões como “inovar” e “empreender”.

André Ferreira (2009, p. 09-10), ao discutir a evolução de um Modelo de Excelência em Gestão Pública, argumenta que, além do respeito aos princípios constitucionais, a excelência deve ser composta dos seguintes fundamentos: pensamento sistêmico, aprendizagem organizacional, cultura da inovação, liderança e constância de propósitos, gestão baseada em processos e informações, visão de futuro, geração de valor, comprometimento das pessoas, foco no cidadão e na sociedade, desenvolvimento de parcerias, responsabilidade social, controle social e gestão participativa.

Todo esse universo de aspectos revelam a complexidade da noção de excelência, sobretudo quando aplicada ao setor público. Como apontado por Ferreira, a excelência somente se realiza plenamente ao se desenvolverem não somente a dimensão econômica, mas também a dimensão humana e social.

Considerando-se a teoria apresentada, a questão que aqui se destaca é: quais são os riscos que a gestão pública, em sentido amplo, assume ao adotar modelos importados e “econômicos” de excelência no trabalho? Adotou-se a perspectiva de risco devido às discussões que, neste trabalho, se apresentam relacionadas a processos não somente potenciais, mas em existência prática e que determinam exposições reais. Para uma discussão mais aprofundada do conceito de risco, ver Lieber & Lieber (2002, p. 69-112).

Em outros termos: quais os possíveis prejuízos que a busca incessante por excelência nos processos e resultados, por meio das práticas de inovação e empreendedorismo, pode acarretar ao trabalho e aos trabalhadores da função pública?

Ao se colocar essa questão, objetiva-se menos uma resposta definitiva e, sim, uma reflexão atenta sobre os caminhos adentrados pela gestão pública contemporânea, os quais devem ser percorridos de forma consciente das possíveis armadilhas e obstáculos a serem enfrentados em seus desafios diários. Para tanto, serão introduzidas cinco dimensões da atividade inovadora e empreendedora em gestão

pública que devem ser abarcadas por uma busca de excelência preponderante, o que, caso contrário, poderá levar a prejuízos significativos nessas dimensões.

2.1 Dimensão: trabalho

Quando a inovação é promovida com foco nos resultados entregues pela instituição pública, sem uma transformação efetiva da realidade produtiva que valorize as conquistas anteriores, pode haver um risco significativo para o trabalho. Quando a inovação é associada com novidades a qualquer custo, tem-se a sombra de uma reengenharia revisada e gradativa. Nesse custo, a evolução histórica de melhorias nos serviços públicos pode enfrentar uma padronização imposta de procedimentos, disfarçada de inovação, que limita a criação e a flexibilidade legítima necessárias à atividade pública.

Em seu texto “Medida e Desmedida”, Lima (1994) aponta as contradições e limitações da padronização do trabalho em suas dimensões produtiva, social e ontológica. Padronizar a atividade humana seria uma contradição porque vai contra sua própria natureza, à medida que propostas de objetivar, regularizar e normatizar rigidamente o trabalho lhe tiram seu caráter mais essencial e definidor, ou seja, a criatividade, a transgressão, a criação e a transformação.

2.2 Dimensão: trabalhador

Em continuidade à dimensão do trabalho e retomando as ideias de Béguin e Duarte (2008, p. 11), é preciso “considerar o trabalho humano nas transformações em curso”. Nesse sentido, há um risco importante para a atividade dos agentes públicos, se não consideradas concepções mais amplas de inovação e empreendedorismo. Tais processos devem também se basear na prática dos experts e no conhecimento tácitos de servidores, para que os processos de inovação não acarretem numa alienação da atividade transformada.

2.3 Dimensão: saúde

A terceira dimensão refere-se aos riscos dos fenômenos anteriores para a saúde integral dos trabalhadores de setores públicos. Talvez aqui haja o custo mais significativo que incorre uma atividade empreendedora para a excelência sem o mesmo cuidado com a qualidade de vida no trabalho. O adoecimento físico e mental de trabalhadores é uma realidade negativa em qualquer organização, podendo ser agravada naquelas de natureza governamental, quando modelos inovadores de qualidade são aplicados aos servidores sem a devida tradução e transição entre realidades distintas.

2.4 Dimensão: social

A dimensão social da atividade empreendedora é apontada por Campos e Duarte (2013) como um aspecto negligenciado das abordagens tradicionais sobre o empreendedorismo e que, por isso, deve ser retomada a partir do conceito de rede sociotécnica. Se a dimensão social torna-se periférica no exercício empreendedor da atividade pública corre-se um duplo risco: primeiro, que a própria natureza da função

pública se esvazie e, portanto, não cumpra sua finalidade e, segundo, que a inovação não contribua para a participação e integração entre os agentes públicos e, assim, haja maior presença de conflitos e distorções na rede sociotécnica que compõem.

2.5 Dimensão: usuário

Por fim, a última dimensão reorienta a discussão para o efeito da inovação de processos e produtos na experiência do usuário final dos serviços públicos. A busca por padrões de excelência na oferta desses serviços, quando as inovações se baseiam em uma abordagem não centrada no usuário, pode revelar um prejuízo significativo à efetividade transformadora dessas inovações em determinada realidade social, cujos empreendimentos deveriam permanecer em desenvolvimento durante seu uso prático e situado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inovação e empreendedorismo, em sua concepção moderna, são partes já integrantes do imaginário e das práticas gerenciais e, de forma crescente, vem sendo incorporados aos modelos e investimentos em gestão pública. A presença permanente desses processos e os avanços obtidos são inegáveis.

O que foi apresentado e considerado, aqui, relevante é questionar quais os possíveis custos e riscos individuais e coletivos, para a gestão pública, que a busca pela chamada “excelência em gestão” pode ser associada, quando são adotadas formas tradicionais e restritas de inovação e atividade empreendedora.

Para a contribuição dessa discussão, foram apontadas cinco dimensões-chave que compõem parte do fenômeno estudado e que devem ser objeto de reflexão dos agentes e gestores públicos no desenvolvimento de projetos, processos e produtos que se pretendam efetivamente inovadores.

REFERÊNCIAS

BÉGUIN, P.; DUARTE, F. A inovação: entre o trabalho dos projetistas e o trabalho dos operadores. *Laboreal*, 4, (2), 72-82. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112341787:352:81>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

CAMPOS, N. A.; DUARTE, F. J. M. C. A dimensão social da atividade empreendedora. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 16, n. spe, p. 13-23, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci.arttext&pid=S1516-37172013000300003&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

FERREIRA, André Ribeiro. Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação. XIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Salvador de Bahia, Brasil, 27 - 30 oct. 2009.

LIEBER, Renato Rocha; LIEBER, Nicolina Silvana Romano. O conceito de risco: Janus reinventado. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de (orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

LIMA, F. P. A. Medida e Desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo. Produção, 1994, número especial.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. RAE-DEBATE, vol. 45, n. 1, 2005, p. 36-49.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-174-9

